Portugueses em Santos (SP) – 1890-1930: cultura arquitetônica e estratégias espaciais[1]

Jaelson Bitran Trindade
IPHAN

A casa do imigrante português no Brasil é objeto de um estudo proposto juntamente com o arquiteto Victor José Baptista Campos, do corpo técnico do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), no sentido de investigar, além dos componentes históricos, o programa, o sistema construtivo e o repertório formal que definem esse tipo de arquitetura ou "cultura arquitetônica" desenvolvida no Brasil, comparando-a com a arquitetura popular portuguesa, sobretudo a do Centro Litoral e Madeira.

A corrente imigratória portuguesa para o Brasil na época moderna é a única que se ombreia com a grande corrente de origem italiana, que teve o território paulista como foco principal. Flui com mais ímpeto a partir da década de 1890 e converge principalmente para o meio urbano. É aí que os portugueses desenvolvem atividades diversas, geralmente na condição de trabalhadores braçais.

O espaço privilegiado da investigação é a cidade de Santos (SP), que se afirma nesse período como o grande centro portuário do estado e do Brasil e, na década de 1920, o mais importante da América do Sul.

---

1 Este texto é a versão revista, ampliada e atualizada daquele, ainda inédito, que foi apresentado com o título "Cultura arquitetônica e estratégias espaciais: a 'cidade'

A "casa do imigrante" em Santos é – bem entendido – o espaço onde se aloja o indivíduo e a família imigrante no Brasil da "Era Moderna"; ou seja, a forma de habitar que caracteriza mais amplamente a situação de imigrante, e cujas soluções arquitetônicas cruzam experiências, necessidades e aspirações vivenciadas na origem com as do contexto do país de destino.

De fato, houve casos em que as edificações feitas para alojar os imigrantes de nacionalidade portuguesa no Brasil tomaram feições características que permitiram uma fácil leitura da identidade cultural. O caso exemplar é o da cidade de Santos: a habitação do imigrante português produzida na primeira metade do século 20 constituiu-se num enorme acervo arquitetônico, de viés popular, configurando uma fase e uma das faces da cidade.

Não se trata aqui dos chamados "bens notáveis", na acepção corrente da preservação de bens culturais; o "patrimônio cultural" em questão diz respeito a edificações de madeira, a maioria delas, modestas, vulgarmente conhecidas como chalés.

A alta e incessante demanda de alojamento não foi suprida suficientemente e de pronto pela ação urbanizadora do poder público – proporcionando habitabilidade aos terrenos, transportes etc. – conjugada à dos capitais privados (loteamentos, construção). Desse modo, as soluções de alojamento nasceram geralmente da iniciativa dos próprios imigrantes, conforme nos mostra a documentação administrativa e a escrita da imprensa diária da época. Encontraram soluções rápidas, simples e baratas (madeira) para alojar-se em terrenos periféricos ao velho centro urbano – nos morros lindeiros ao centro e nas várzeas alagadiças situadas entre o centro, no estuário, e a baía.

Habitações de imigrantes portugueses similares àquelas que povoaram a cidade de Santos apareceram também na periferia da cidade do Rio de Janeiro, a partir das primeiras décadas do século 20, mas somente na escala de bairro, configurando o pequeno núcleo de pescadores da Quinta do Caju, fato já abordado – um pequeno esboço – pela geógrafa portuguesa Raquel Soeiro

---

imigratória, Santos – SP, 1890-1930", no IV Congresso Latino-Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística – Diálogo entre Culturas. Promoção: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná/ Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/ Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 27 nov./1º dez. 1994.

de Brito[2] e pela arquiteta brasileira Cristina Sá,[3] quando as suas características ainda se mantinham bastante visíveis.[4]

Da casa do imigrante português se ocupa, ainda que sumária e parcialmente, o *Caderno do Patrimônio Cultural n.º 3 – Morros*, editado em 1980 pela Prefeitura Municipal de Santos, alertando sobre a necessidade de caracterizar sua importância e da sua preservação – não há, porém, até hoje, nenhuma ação pública nesse sentido.

Pelo contrário, as marcas arquitetônicas deixadas por outras correntes imigratórias estabelecidas no Brasil desde a terceira década do século 19 – os povos de língua alemã foram os primeiros – é que têm merecido a atenção tanto de pesquisadores como das instituições de preservação de bens culturais.

A produção arquitetônica do imigrante de origem germânica, polonesa e italiana, urbana ou rural, especialmente a do Sul do país, diferenciada da arquitetura vernacular brasileira, é assunto focalizado em artigos e livros e foi tema, há poucos anos, de um Encontro realizado no estado de Santa Catarina, com o patrocínio da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional pró-Memória (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).[5] Mais recentemente, têm sido abordados os testemu-

---

2 BRITO, Raquel Soeiro de. *Agricultores e pescadores na cidade do Rio de Janeiro (estudo comparativo)*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1960. (Coleção Estudos, Ensaios e Documentos, 71).

3 SÁ, Cristina. O conjunto arquitetônico da Quinta do Caju. In: *Módulo*, Rio de Janeiro, 1985. p. 57-63.

4 Uma breve bibliografia: ABREU, Maurício de Almeida. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro, 1870-1930. *Espaço & Debates*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 1 (21), p. 12-38, 1987; MOUTINHO, Mário *A arquitetura popular portuguesa*. Lisboa: Imprensa Universitária 7 Estampa, 1979; PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém – estudo de geografia urbana*. 2 v. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Formação do capital imobiliário e a produção do espaço construído no Rio de Janeiro – 1870/1930. *Espaço & Debates*, Rio de Janeiro, v. V, n. 15, Rio de Janeiro, p. 5-32, 1985; TRINDADE, Jaelson Bitran. *Formação histórica e evolução urbana de Santos*. Projeto "Museu da Baixada Santista", Condephaat, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1977. (datilogr.); TRINDADE, Jaelson Bitran. *Novo Mundo, Nova Era*: raízes portuguesas do Porto de Santos. São Paulo, 1985. (datilogr.).

5 "Ação Cultural Integrada: Preservação na Área de Imigração", 6-8 out. 1985, Pomerode/Timbó, Santa Catarina. Documento produzido pela Fundação Nacional pró-Memória, integrada ao Iphan.

nhos edificados dos imigrantes japoneses nos Estados de S.Paulo e Paraná. Até agora, porém, o interesse pela "casa do imigrante" passa ao largo desse importante grupo étnico – o português.

O crescimento urbano e populacional experimentado pelas principais cidades brasileiras de meados do século passado em diante continuou recebendo a influência da arquitetura portuguesa.[6] As empreitadas da construção civil, em pedra ou alvenaria, estavam geralmente nas mãos de mestres-de-obras – carpinteiros e pedreiros – imigrados de Portugal, que a historiografia da arte e da arquitetura continua chamando de "anônimos". E uma boa parte da clientela dessas construções estava formada por um segmento dos imigrantes portugueses, com amplo domínio do meio comercial – atacado e varejo – e da propriedade urbana. A história da arquitetura no Brasil da segunda metade do século 19, porém, apenas começa a ser estudada.

Essas casas de alvenaria – de pedra e, cada vez mais, de tijolo – serviam imediatamente tanto às elites locais como à gente do pequeno e médio comércio e das profissões liberais – imigrantes ou não. Certamente não serviam à população imigrada de origem portuguesa na condição de operária.

O cortiço (ou "casa de cômodos") é, inicialmente, o tipo de moradia que expressa as condições de alojamento do imigrante que chega cada vez mais aos centros portuários das áreas mais dinâmicas da economia brasileira da época – zonas do café e da borracha. Que é o cortiço? Que construção é essa? É um casario antigo dos tempos coloniais ou um renque de construções "sem

---

6 Para a questão das influências, da transmigração de formas arquitetônicas e ornamentais, de Portugal para o Brasil e vice-versa, ver MONTEIRO, Miguel. *Fafe dos "Brasileiros" (1860-1930)*: perspectiva histórica e patrimonial (Fafe, 1991). Reforçando o papel de "poderoso factor de difusão de cultura" representado pelo "brasileiro", apóia-se (p. 169-71) nas hipóteses de Fernando Galhano e Ernesto Veiga de Oliveira, *Casas esguias do Porto e sobrados do Recife* (Recife, 1986) e de Jaime Salazar Braga, *A casa do "brasileiro" e a paisagem rural do século XIX* (Lisboa, 1986), que dão a casa do "brasileiro" enricado e "cosmopolita" feitas na segunda metade do século 19 português como formas elaboradas no Brasil, aparecidas simultaneamente em Portugal, por via do emigrante de retorno. Os exemplos de casarões de "brasileiros" em Fafe são variados, o estudo porém é ainda muito incipiente e pouco documentado. Alguns casos, poucos, são óbvios, como o prédio do Hospital da Misericórdia de Fafe, com a primeira pedra lançada em 1859, por iniciativa de "brasileiros" fafenses, do Rio de Janeiro, um ano após a inauguração do Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, do qual o prédio de Fafe é cópia.

estilo", de tijolo ou madeira, nos quintais de alguma casa de morada ou de algum prédio misto de residência e comércio. Os cortiços, mas também os barracos (construções miseráveis feitas com restos de material – madeira, lata, zinco), como forma mais precária de moradia, subsistem ao longo do tempo. Evidentemente, outras soluções começam a aparecer: as vilas operárias, os conjuntos de casas "proletárias", as "avenidas" de minúsculas casas geminadas de alvenaria de tijolo. Tudo isso é indicativo da condição social, mas não da cultura do imigrante português.

No caso dos cortiços há indícios de que um dado modelo foi transplantado de Portugal para o Brasil. Uma ilustração feita por Angelo D'Agostini, em 1883, mostra um "correr de casinhas" no Rio de Janeiro similar a uma "ilha portuense".[7] Tanto no caso brasileiro como no português, senhorios habilidosos empreitam essas moradias.

As "ilhas" da cidade do Porto – que por sua vez remetem aos "pátios" de Lisboa – são descritas por Leite de Vasconcellos num dos volumes da sua *Etnografia portuguesa*:[8] "agrupamentos iguais, ou muito semelhantes, entre si, de moradias, em regra, miserandas, que infelizmente enxameiam, por assim dizer, a ocultas as duas principais cidades de Portugal". Um correr de casas, térreas ou de dois andares, geralmente dos dois lados de um terreno, cada casa composta de uma sala e uma alcova; um fogareiro ao pé da cama fazendo de cozinha, nada que dê saída ao fumo. Nas de sobrado, a parte de baixo não se comunica com a de cima, "pois à entrada da ilha – diz o etnólogo – se dis-

7 *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, n. 364, 16 dez. 1883; AZEVEDO, Aluisio. *Mattos, malta ou matta?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

8 VASCONCELLOS, Joaquim Leite de. *Etnografia portuguesa*, v. II, p. 320-33, Lisboa, 1936. Ver também TEIXEIRA, Manuel Correia. A habitação popular no século XIX. Características morfológicas, a transmissão de modelos: as Ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro. *Revista Análise Social*, v. 127, p. 555-79, 1994; e *Habitação popular na cidade oitocentista*: as ilhas do Porto. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996. E a dissertação apresentada à faculdade de Letras do Porto, em 2001, por MATOS, Fátima Loureiro de. *A habitação no grande Porto*: uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do século 19 até ao final do milénio. Em relação aos pátios de Lisboa, o artigo de Pereira, Nuno Teotônio. A promoção privada do alojamento operário. *Análise social*, Lisboa, n. 127, 1995. (Colóquio do ICS "Habitação na Cidade Industrial, 1870/1950", 1992).

põe uma escada exterior que se liga a uma varanda corrida, para a qual se abrem todas as casas do andar. Em cada ilha existe quase sempre um poço comum, e uma sentina imunda. Chegam a acumular-se vinte casas numa ilha".

Similar ao "correr de casinhas" carioca (com cara de "ilha" portuense) representado por D'Agostini é o enorme cortiço, com 95 casinhas térreas de porta e janela, pomposamente denominado *Estalagem de S. Romão*, palco central do romance *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, com pequeninas hortas e jardins. Reconstruído depois de arder, ganha aspecto similar ao da "ilha": edificações de dois andares, o segundo "fechado em cima do primeiro por uma extensa e estreita varanda de grades de madeira, para a qual se subia por duas escadas, uma em cada extremidade". O pátio formado por elas estreitou-se, parecendo rua; desapareceram as hortas e jardins. O número de cômodo elevou-se a 400! E "tudo caiadinho e pintado de fresco; paredes brancas, portas verdes e goteiras encarnadas".[9] A estalagem ganhou o estatuto de "avenida", Avenida São Romão... Pelo que se sabe, nenhuma construção desse tipo e dessa época subsiste até hoje.

Santos, Belém do Pará e Rio de Janeiro representam, em ordem crescente, os três focos de maior concentração de imigrantes portugueses,[10] nessa fase que vai do final do século 19 até a década de 1910. Há similitudes entre as três quanto à utilização das formas mais precárias de alojamento da massa imigrante – barracos e cortiços – e entre o Rio e Belém no processo de alojamento de tipo "popular". Mas em Santos a solução mais corrente para alojamento da população imigrante-trabalhadora assumiu forma peculiar: a casa de madeira ao modo de "chalé".

A inserção da larga corrente imigratória portuguesa na estrutura urbana do antigo núcleo portuário de Santos é um fenômeno concomitante ao crescimento da cidade decorrente da abrupta expansão do movimento mercantil depois de 1890, baseado na exportação de café. Em Santos, o imigrante é basicamente lusitano, ampliando a força de trabalho local e os operadores

9 AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ática, 1975. p. 21, 140, 142, 153.

10 O Rio de 1920, capital federal, atingia quase 1,2 milhão de habitantes, quase dois terços deles portugueses! No caso da ocupação dos morros pelos portugueses, os de Santos não registraram o grau de pobreza e insalubridade alcançado nas duas primeiras décadas deste século pelos morros cariocas, onde se instalavam também numerosos imigrantes lusos, por exemplo, os de Santo Antônio e Favela.

comerciais do varejo. Numericamente inferiores são os contingentes de origem espanhola e italiana.

O abrupto *boom* cafeeiro da década de 1880 desencadeia um inaudito fluxo de negócios, de embarcações e de gente na pequena cidade estendida na face nordeste da ilha de São Vicente, à beira do estuário ou rio de Santos, na face oposta à da baía do mesmo nome. Não havia estrutura para suportar imediatamente essas mudanças que já vinham se configurando a partir de 1867, com a inauguração da ferrovia ligando o porto ao planalto agrícola. Surtos epidêmicos de varíola e, depois, de cólera, espalhavam o pavor e a morte entre a população, fixa e flutuante.

A população, sempre em aumento provocado pela contínua chegada, mediante imigração, da força de trabalho necessária às obras e aos serviços portuários, às obras de saneamento e de urbanização, à intensa vida comercial da cidade, tem que se instalar, se alojar de qualquer modo. Como? Onde?

Num primeiro momento, o perímetro tradicional se degrada em alguns pontos ao redor da zona central, quando antigas habitações em estado precário – os chamados "aleijões" coloniais – tornam-se habitações coletivas ou, em vários quintais, começam a ser construídos barracos ou "correr de casinhas" de madeira: tem arranque o processo de encortiçamento,[11] não sem enfrentamentos. A ação policial do Estado – Prefeitura e Comissão de Saneamento do governo estadual – ainda que com dissonâncias, não se faz esperar e progressivamente vai eliminando os grandes quistos de encortiçamento representados pelo bairro do Valongo, junto ao centro e ao porto, focos de proliferação da febre maligna – a amarela – que ameaça a cidade até o fim do século. Os cortiços recuam e se infiltram entre a Vila Matias e o Jabaquara, a primeira, bairro limítrofe ao centro, e o segundo, ao lado daquele, enfiado por detrás dos morros que comprimem a cidade antiga – Monte Serrate e Morro do Fontana.

Duas gigantescas obras são levadas a cabo entre 1896 e 1912, pelo lado da iniciativa privada – a Cia. Docas de Santos, sinistramente apelidada de "o polvo" – e pelo Estado, a construção dos grandes canais de drenagem, liberando uma imensidão de terrenos para ocupação. No decorrer desse período a

11 Em 1890, do total de três mil prédios existentes na cidade de São Paulo, 771 eram cortiços, mais da metade em mau estado. Ver: RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...*: Inventário da Saúde Pública, São Paulo, 1880-1930. São Paulo, 1993. p. 52.

crise predial se instala agudamente em Santos. É depois de 1906 que se assiste de fato o que a imprensa chama de "saturação" intensa da habitação, um formigueiro de "cortiços" pela cidade, através da reocupação de antigos imóveis residenciais unifamiliares, a alternativa que se apresenta, alternativa de massa.

À medida que os cortiços da zona central vão sendo eliminados pela Comissão de Saneamento, o "infeliz proletário", o "desprotegido da sorte", como diz a crônica do tempo, vive a alugar casas e casarões de alvenaria na zona urbana lindeira ao centro antigo, em duas, três e quatro famílias, criando as habitações coletivas, alocadas a preços escorchantes. Era esse o único jeito de limitar a um terço do ganho mensal a despesa com moradia. São "cortiços" disfarçados.

Outra alternativa à ordem espacial vigente foi o "abarracamento" das famílias, de maneira desordenada, ocupando vazios. Expulsos do centro, sem acesso aos tipos de alojamento disponíveis, ou por recusar-se a morar amontoado, restava como alternativa a grande parte dos imigrantes, dos trabalhadores em geral – incluídos aí os egressos da escravidão, os filhos de escravos –, a ocupação precária, clandestina, das amplas várzeas da ilha, sujeitas a alagamentos. Assim se dá a construção dos espaços periféricos ou suburbanos, com a proliferação de "casinholas de madeira" ou barracos ocupando amplas várzeas e encostas de morros. São os habitantes dos barracos da "desordem".

No Campo Grande de Santos, zona alagadiça e periférica, local de temíveis sambadores – "Eh! Negrada, vamo sambá! / Vamo embora, saparia, de forguedo gosto eu. / Cá dê o pandero?" –, se espalhavam numerosos casebres, "sórdidas baiúcas construídas *a la diable*, de tábuas velhas cobertas de velhas folhas de flandres ou de sapé".[12] O Macuco – terrenos junto ao estuário, adiante dos Outeirinhos – era outra zona de "abarracamento".

Solução menos precária que as "casinholas de madeira" – as "baiúcas" – e mais visível do que elas, eram as casas de madeira edificadas dentro do perímetro urbano com as características de chalé, levantadas na calada da noite – *silentia lunae* –, à sorrelfa, na zona mais afastada do centro da cidade. Clandestinas, porque existia lei municipal proibindo, formalmente, no perímetro urbano, a construção de casas de madeira em que o proletariado – para usar a terminologia em voga na imprensa da época – procurava guarida, ao ser pro-

12 *A Tribuna*, Santos (SP), 6 dez. 1910 e 28 abr. 1912.

gressivamente expulso a ferro e fogo dos cortiços. Essa gente sujeitava-se a pagar pequenos subornos ou pesadas multas, ou até assistia ao desmanche da sua humilde construção. O chalé clandestino também era construído para ser alugado a terceiros.

Os chalés desse tempo, ainda na sua expressão mais simples, traziam na cor, na varandinha de entrada e na ramada que a antecedia a tradição construtiva lusa. A um desses, palco de um "caso de polícia", refere-se um artigo da imprensa local em 1909, em texto e foto: o chalé de madeira pintado de vermelho e verde, para duas famílias imigrantes (a de Domingos Laranjeiras e a de Manuel de Castro Gouveia), é apresentado como "pardieiro imundo" metido "no meio do brejo", bem próximo da avenida Ana Costa (eu ainda conheci alguns velhos chalés nessa área), que se tornaria em breve um corredor de palacetes ligando o centro à praia de mar.

Enquanto o poder público e as elites procuravam ordenar, disciplinar, *more geometrico*, o espaço, agentes especuladores empregavam seus capitais na compra dos terrenos de antigos sítios (estabelecimentos rurais de pequena lavoura), na várzea, que são postos em compasso de espera para receber os "futurosos bairros" previstos. E, passo a passo, vão retalhando o espaço urbano, processo que cerca, limita, condiciona o acesso ao solo, à moradia, das classes proletárias.

As discussões sucedem-se no espaço político local e na imprensa – filtro posicionado entre a ordem e a desordem da organização social, do processo social que se projeta espacialmente: crise habitacional, carestia de aluguéis, planos de habitações operárias, habitações proletárias, habitações econômicas.

Os bairros novos – Paquetá, Vila Nova, Vila Matias – das elites e das camadas médias – se protegem, sob as asas da lei municipal, contra a invasão das casas de madeira. Enquanto isso, nos morros junto à cidade começa a nascer o "bairro alto". Ele é ocupado primordialmente para atividades agrícolas e pecuárias em pequena escala, desenvolvidas por uma população de imigrantes, portugueses na sua maioria. Entretanto, nos primeiros anos do século 20, um ou outro indivíduo aplica o seu "pé-de-meia" na construção de "abrigos" de madeira para alugar a trabalhadores.

À medida que a cidade cresce, com loteamentos para as camadas médias, e enquanto se discutem diretrizes e planos de urbanização, já iniciada a segunda década do 900, há também um empenho político visando à regulamentação das construções de madeira nos bairros novos ou em expansão, Ma-

rapé, Campo Grande, Vila Belmiro, Vila Macuco. Em 1911 é promulgada e entra em vigor uma lei que regula a construção desses chalés para "facilitar a solução do problema difícil da habitação". É um momento crítico: imigrantes recém-chegados ou prestes a retornar pernoitam nas ruas e largos da cidade.

A construção da cidade de Santos da "Era Moderna" se faz acompanhar de um discurso urbanizador, que se pretende racional em meio às diferentes linhas de pressão. Não só o Estado se pretende portador e condutor do "progresso", também a iniciativa privada pretende dispor das técnicas e dos princípios capazes de criar uma cidade racional, uma arquitetura racional. Ela se apresenta como a liberdade, o agente modernizador a ser liberado e promovido: "liberdade para o trabalho e a ordem e a justiça para garantia do produto de nosso esforço", diz o porta-voz de uma das primeiras empresas de construção em grande escala formadas no país – a Cia. Construtora de Santos.

Como alternativa ao barraco da "desordem", nasce o chalé da "ordem" urbana – modestas construções de madeira, baratas, unifamiliares com ou sem pensionistas, ou multifamiliares. Inicialmente, a maioria delas resultou de empreendimentos visando à sua locação, com aluguéis nem sempre acessíveis aos trabalhadores. Os construtores se aproveitavam das vantagens, das isenções dadas pela Prefeitura, edificando moradias que atendiam aos assalariados, artesãos independentes e pequenos comerciantes, gente de situação financeira mediana, pelos aluguéis tentadores.

Assim, com legislação municipal pertinente e apesar dela, continuaram a ser feitas as construções clandestinas ou aquelas que em área permitida não atendiam às prescrições legais – os "abrigos de madeira". Dos anos da Primeira Guerra Mundial em diante, proliferaram conjuntos de pequenos chalés (três, quatro ou cinco unidades de um mesmo proprietário); chalés subdivididos para duas famílias, chalés subdivididos para três e quatro famílias, chalés em que seus construtores passaram a morar, construindo dependências anexas para sublocar. A tipologia foi variada, tanto nos morros como na várzea. Nas novas "áreas proletárias", nas várzeas, eles foram considerados construções "provisórias", passíveis de serem demolidas sem indenização, quando fosse decidido pelo poder público algum alargamento ou abertura de rua. Dado o constante encharcamento do solo, os chalés eram geralmente construídos sobre pilotis de pedra ou tijolo.

As iniciativas de construção de "casas operárias", "quarteirões operários" ou "habitações econômicas" de alvenaria, através de companhias e associações mutualistas e companhias construtoras, desde a primeira década do século 20, nunca apresentaram resultados significativos; nem mesmo os programas de "casas populares" construídas no bairro do Macuco na década de 1940, em alvenaria. Desse modo, a alternativa principal aos barracos e aos cortiços de madeira, ou de madeira e chapas de latas de querosene, continuou sendo o chalé.

Os bairros dominantemente de trabalhadores se consolidaram de 1914 a 1930 entre as zonas nobres – o Centro Velho e Novo e as praias: Macuco, Vila Hayden/Embaré, Vila Belmiro, Marapé, Campo Grande, setores proletários da cidade, "cidades de madeira", cobrindo extensas áreas.

O bairro do Macuco englobava a Vila Hayden, limítrofe ao Embaré: "A Vila Macuco, por fim, é um bairro populoso e pobre, longe do centro, limitando-se com o mar, a leste, e alcançando quase o sul; possui vastas extensões cobertas de "chalets" (pequenas habitações de madeiras) e apresenta absoluto predomínio, na sua população, de operários das Docas, na maioria portugueses", observa em 1945 Paula Beiguelman, uma jovem santista recém-matriculada no curso de Sociologia e Política da capital paulista.[13]

O Recenseamento de 1940 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) registrou nas zonas urbana e suburbana do município a existência de 20.639 construções exclusivamente domiciliares, sendo 12.879 de alvenaria e 8.443 de madeira. Na zona suburbana há predominância das casas de madeira: são 4.337 contra 1.317 de alvenaria.[14] A população de localização urbana e suburbana é de quase 160 mil habitantes, cerca de 95% do total. A maioria desses domicílios é moradia unifamiliar, porém, bem mais da metade é de aluguel.

Para um segmento da população imigrante lusa, em alguns anos de trabalho, uma poupança familiar permitiu a aquisição de pequenas faixas de terrenos e a construção do próprio chalé, de construção mais cuidadosa, muitos

---

13 BEIGUELMAN, Paula. Morros santistas. *Sociologia*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 30-7, 1945. (p. 31). Esse é um depoimento dos anos 40, que a memória da minha infância e adolescência vivida em Santos, nos anos de 1950 e 60, confirma.

14 *Sinopse Estatística do Município de Santos*, Estado de São Paulo. Aspectos Históricos e Geográficos. Alguns Resultados Estatísticos. Principais Resultados Censitários – 01 set. 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

destes já absorvendo elementos ornamentais das casas de alvenaria que se faziam na cidade: trabalhadores que ocupavam chefias, trabalhadores aposentados, pequenos comerciantes (quitandas, bares, empórios, açougues etc.), artesãos, e aqueles que, aliando serviços temporários ao trato das hortaliças em quintais alugados, se tornaram feirantes e verdureiros. Nos anos 40 isso pode ser verificado, por exemplo, no bairro do Campo Grande que, apresentando um "aspecto mais ou menos remediado, com grande imigração espanhola e portuguesa, dá a impressão, através da segunda geração, de concentrar as iniciativas da ação urbana, elementos dos escritórios, do comércio, do rádio, da direção de clubes esportivos, não só futebolísticos".[15] Também se expandiam nessa zona as construções em alvenaria.

Manuel Milagre, personagem do romance *Navios iluminados* (São Paulo, 1946), de Ranulpho Prata, vive em Santos. Português, ele trabalha na estiva, na carga e descarga portuária. Em 23 anos de trabalho na Cia. Docas, foi de guincheiro a motorneiro de primeira classe. "A poder de grandes economias e com o auxílio das duas mulheres – a filha e a segunda mulher – Milagre conseguiu comprar o chalé de madeira onde morava", no bairro do Macuco. O padrinho de casamento emprestou o dinheiro para a compra que a família Milagre durante 14 anos pagou em prestações mensais e em lavagens de roupa. Um cômodo do chalé era alugado como pensão para dois, também trabalhadores nas docas. Severino, pensionista, é o personagem central. É nordestino, faz parte das levas de brasileiros que nos anos 40 migram para Santos em busca de trabalho, suprindo a crescente demanda nas atividades braçais. Envolve-se com Florinda, a filha de Manuel Milagre, e muda de casa. Outro chalé.

> O chalé onde Severino e Florinda foram morar, à Rua Rodrigo Silva, estava pintado de novo com a cor da esperança. Pertencia a um casal de portugueses. "Seu" Domingos era ensacador, ganhava bem, tinha dinheiro a juros. Só à padaria Brasil, da esquina, emprestara seis contos ... Na casa, além do cômodo ocupado por Severino, o casal alugara o porão a uma pequena família de pretos ... Num quartinho dos fundos, dando para o quintal, habitava um velho hóspede, o Pato-Tonto.[16]

---

15 Ainda o testemunho, melhor dizendo, o "levantamento de campo" efetuado por Paula Beiguelman, em 1944. BEIGUELMAN, Paula. Morros Santistas – I. *A Tribuna*, Santos, SP, ano 50, caderno 7, p. 6, 26 mar. 1944.

16 PRATA, Ranulpho. *Navios iluminados*. São Paulo: Clube do Livro, 1946. p. 141.

A "cidade alta" também cresceu na medida em que crescia a atividade econômica ligada à vida portuária. Uma população em grande parte ligada aos serviços de exportação e importação, junto a empresas comerciais ou à empresa gestora do cais, a Companhia Docas de Santos, foi se concentrando no Monte Serrate, nos morros do Fontana, São Bento, Pacheco e Penha até o Saboó – zona de acesso à cidade para quem vem do planalto – e no morro da Nova Cintra. Chalés, chalés e mais chalés. Morar no morro é o escape à moradia dependente no porão de uma casa qualquer do centro lindeiro ao porto, área em degradação, mantendo mesmo assim o acesso fácil ao trabalho, com aluguel mais barato que o de lá de "baixo".

Nos morros santistas, a ocupação em "terraços" com edificações de madeira, aproveitando as curvas de nível, indica um saber-fazer de origem, com destaque para os naturais da Ilha da Madeira (grupo de origem predominante nos morros, sabe-se por tradição), que se desdobra nas obras em pedra de contenção de encostas e canais de drenagem. Mas deve haver açorianos, beirões etc.

É oportuno observar, aqui, que até agora não se investigou a procedência dos indivíduos imigrados para Santos, anotando as localidades e regiões de origem em Portugal e nas Ilhas Atlânticas. E nem mesmo – o que interessa ao âmbito deste projeto de investigação – se procurou ainda documentar aqueles imigrantes que se habilitaram no serviço da construção, exercendo ofício com continuidade.

Ao final da Segunda Guerra Mundial a população do município atinge cerca de 180 mil habitantes. Só nos morros residem em torno de 15 mil – quase 60% de origem portuguesa, conforme estimativas da época. Nos morros centrais, essa gente vive principalmente em função do porto (estiva, transportes etc.) e do comércio urbano: os homens são portuários, operários em geral, alguns choferes e carroceiros; as mulheres, muitas delas catam café nos armazéns, acompanhadas das filhas, que costuram a sacaria; também há muitas lavadeiras. Os meninos brincam e jogam "nos morros e em baixo, na cidade, em cujos estabelecimentos trabalham desde cedo".

Nos morros da Penha, Saboó e Chico de Paula, já próximos das instalações ferroviárias, mora mais gente ali empregada. À medida que se afastam do centro, os morros mostram uma ocupação mais rarefeita, uma feição mais rural, os chalés enfiados entre os pequenos canaviais e bananais, quase sempre fabricados em terras alugadas. É o caso dos Morros de Santa Maria e da Cane-

leira onde, além das moradias dos trabalhadores do matadouro, do curtume e da maioria dos estábulos que servem à cidade de Santos, há vários sítios.

Nos sítios localizados nesses morros e no da Nova Cintra havia ainda portugueses com algum gado leiteiro (de uma a três vacas) ou engenhoca de cana, fabricando aguardente – a famosa "branquinha"! – e o caldo de cana, conhecido também por garapa, vendidos nos bares e restaurantes da "cidade baixa".

O Morro da Nova Cintra se diferencia dos demais, assumindo, seguindo a descrição feita em 1945,[17] características "rururbanas": "uma aldeia de ilhéus" (Madeira e Cabo Verde) espalhados entre bananeiras, plantações, criações e estábulos.

> "Olha, a gente conhece ela" – aponta a pequena uma simpática portuguesa de virote – aliás, Nova Cintra é toda portuguesa. Descalça, lavava roupa numa tina – com água trazida de perto, porque esse líquido não corre dentro de casa... – em frente ao seu chalé, onde já mora há 30 anos.
>
> "A gente se conhece todos aqui" – diz ela com o seu sotaque intacto – "Quasi todos vieram da terra, logo p'ra aqui, porque o aluguel dos terrenos é barato. Os homens vão trabalhar nas docas, no café, lá no trabalho deles. As crianças vão p'ra escolinha do 1.º e 2.º ano e depois descem p'ro Varnabé [Barnabé] p'ra tirar o diploma. E depois os moços também vão p'ro seu trabalho, não é?".
>
> Essa portuguesa é apenas uma de todas essas campônias portuguesas que continuaram seu sistema de vida num apêndice da cidade, com a qual não se incomodam muito utilizando-a, apenas, economicamente, sem preocupar-se, em absoluto, com o aspecto urbano...[18]

Uma cultura arquitetônica fora estabelecida: a dos chalés. Por essa época, muita gente lembra, Santos era conhecida como "a cidade mais portuguesa do Brasil", pela visibilidade que alcançavam ali os milhares de imigrantes e seus descendentes, através da habitação, do modo de morar – os chalés, seus jardins e hortas... O habitar, a cultura arquitetônica instaurada, constrói identidades.

Até a década de 1950 essas construções de madeira – às vezes mista com alvenaria – atenderam satisfatoriamente e com relativa qualidade, se comparadas a programas oficiais de habitação popular, a demanda de alojamento de uma parcela importante da população.[19]

---

17 BEIGUELMAN, Paula, 1945, citada, p. 35.

18 BEIGUELMAN, Paula, 1944, citada.

19 CAMPOS, Victor José Baptista. *Os chalés de madeira da cidade de Santos – um estudo programático e tipológico.* FAU/USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

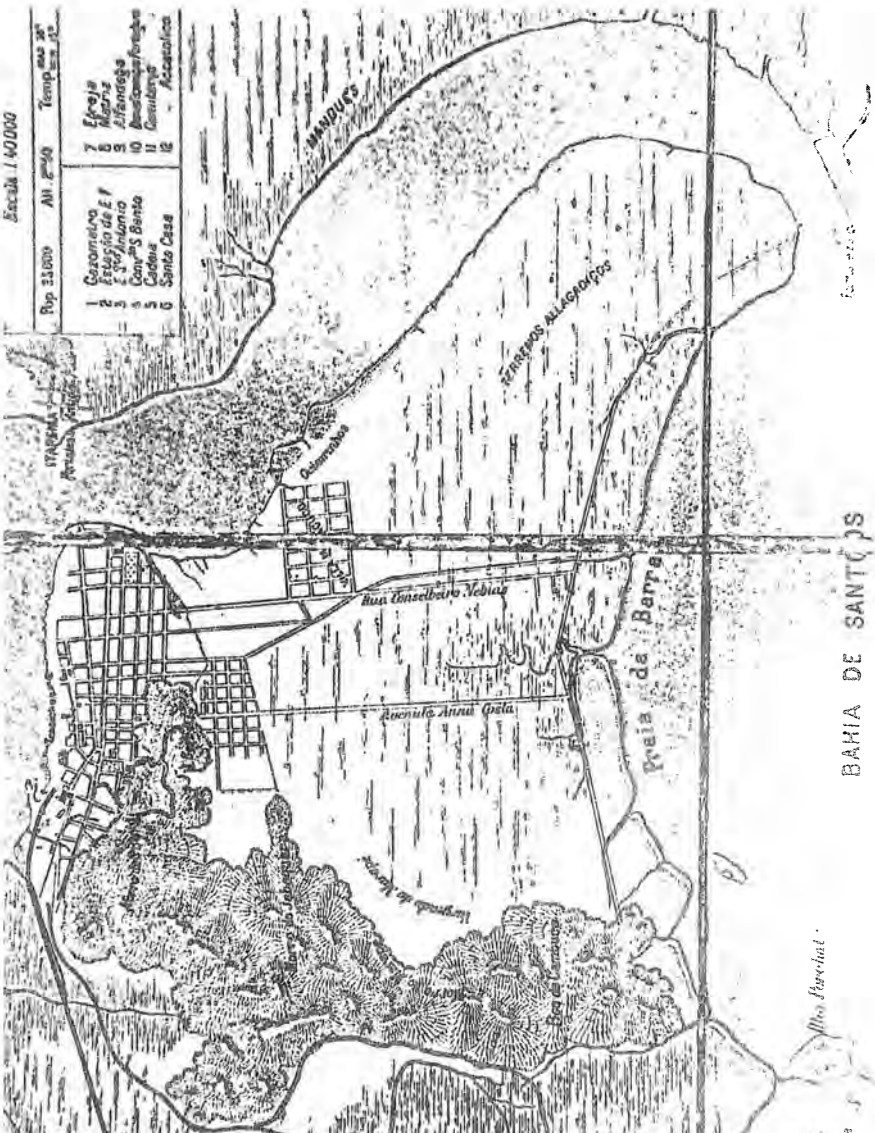
A partir de fins da década de 1950 há um *boom* construtivo na cidade de Santos. Numerosos terrenos onde se erguiam os chalés foram absorvidos para a construção de edifícios de três andares, mais o térreo, com barras decoradas de pastilhas cerâmicas e/ou azulejos coloridos, para onde se mudam os antigos proprietários dos chalés trocando o terreno por apartamentos. Grande parte dos empreendedores imobiliários são imigrantes portugueses que dispõem de algum capital, geralmente adquirido no comércio. Eles contratam mestres, operários qualificados e braçais nacionais para fazerem as obras. São esses prediozinhos empastilhados que atendem à demanda habitacional da camada mais ampla das classes médias. Emblemática é a série Luso (I a XIII). O Luso XIV, já da década de 1970, é um edifício de muitos andares.

Em resumo, os chalés – que tendem ao desaparecimento, processo acelerado nos últimos dez anos – são a expressão física do processo de urbanização da cidade de Santos. Esses chalés deram forma à paisagem urbana, estabelecendo uma "cultura arquitetônica" particular. Foram o produto arquitetônico característico de uma comunidade – a portuguesa – e da sua inserção na terra de destino. Transferências e adaptações deixam no produto resultante marcas da tradição construtiva das terras de origem, principalmente da região Centro Litoral e das Ilhas Atlânticas, especialmente a Madeira: construção em encostas, edificação em madeira, incluindo o agenciamento do espaço e do jardim e horta tradicional.

A singularidade do alojamento do imigrante português no meio urbano santista não foi ainda objeto de nenhuma publicação específica e nem de qualquer análise no interior de obras de caráter mais geral. Trata-se da única expressão de caráter coletivo, materializada, dessa vultosa corrente imigratória da era contemporânea, no Brasil. "É mais do que hora de contar a sua história, juntamente com a história da imigração, do trabalho e da urbanização."[20]

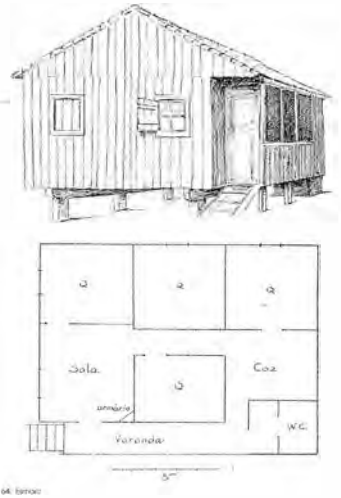
Universidade de São Paulo, Curso "Programas da Casa Brasileira". São Paulo, 1990. p. 112. (Datilografado).

20 TRINDADE, Jaelson Bitran. Santos, Cidade Imigratória. Comunicação apresentada na Fundação *Calouste Gulbenkian*, durante o I CONGRESSO DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO LUSO NO MUNDO, Universidade Técnica de Lisboa, como representante da FNpM – *Fundação Nacional Pró-Memória*. Lisboa, 1987. Gulbenkian, Lisboa, 1987. (Datilografado).

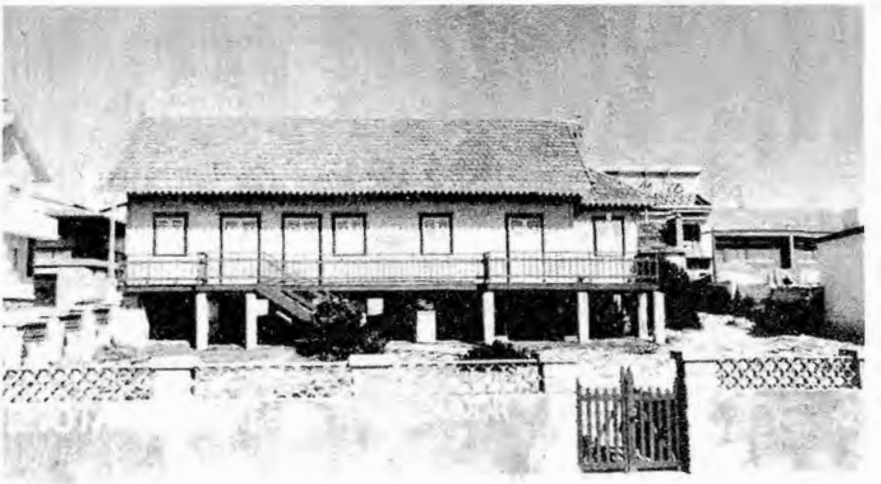


"Planta da Cidade de Santos e seus Arrabaldes", *in* "*Mapa dos Estados de São Paulo e Minas Geraes*", org. por Arthur O'Leary, S. Paulo, Alves & Cia., 1893.

Morro do Pacheco, Valongo, Santos – SP
(Foto: Jaelson Bitran Trindade)



À esquerda, chalé de madeira em Esmoriz, Beira Litoral, Portugal, num desenho de Fernando Galhano. À direita, um chalé da várzea de Santos, na Rua Moema, Macuco (Foto: Jaelson Bitran Trindade)



"Casa de madeira assente em pilares de alvenaria, com varanda corrida – Pedrogão"
(Apud Mário Moutinho, *A Arquitectura Popular Portuguesa* .

Chalés da várzea: Rua Prof. Torres Homem, Macuco, Santos – SP
(Foto: Jaelson Bitran Trindade)